Município de Trombudo Central/SC
Concurso Público 001/2026

CADERNO DE PROVA

ORIENTADOR SOCIAL

legalle CONCURSOS

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 3 horas
- 30 questões
- 4 alternativas
- Saída permitida somente após 1 hora de prova
- O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

INSTRUÇÕES

Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26	
02		07		12		17		22		27	
03		08		13		18		23		28	
04		09		14		19		24		29	
05		10		15		20		25		30	

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões 01 a 05, leia a charge abaixo.



Fonte: UMBRASIL

Questão 01. No segundo quadrinho, atente para a palavra **ela** e analise as proposições a seguir:

I. O vocábulo **ela** classifica-se morfologicamente como um pronome pessoal do caso reto.
II. Do ponto de vista coesivo, o pronome **ela** retoma anaforicamente o substantivo **cidade**, citado no primeiro quadrinho.
III. A substituição de **ela** por **a cidade** alteraria a relação de sentido e provocaria erro de regência verbal no período.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, II e III.

Questão 02. No primeiro quadrinho, a forma verbal **fiz** encontra-se flexionada no:

(A) Pretérito imperfeito do indicativo, indicando uma ação habitual e duradoura no passado.
(B) Presente do subjuntivo, exprimindo um desejo de natureza hipotética do personagem.
(C) Pretérito perfeito do indicativo, indicando um fato concluído e pontual no tempo passado.
(D) Futuro do presente do indicativo, projetando um acontecimento certo a se realizar.

Questão 03. Considerando a relação entre a cena representada no primeiro quadrinho e a transição para o segundo quadrinho, avalie as proposições a seguir:

I. A mudança na postura corporal do personagem — de sentado e relaxado para em pé e sobressaltado — expressa visualmente a quebra da expectativa de tranquilidade.
II. A presença do operário e do guindaste no segundo quadrinho simboliza o avanço da urbanização e a destruição da paisagem natural anteriormente preservada.
III. A fala do personagem no primeiro quadrinho indica que sua ida ao penhasco foi um ato involuntário imposto pelas autoridades urbanas.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

Questão 04. No segundo quadrinho da charge, a palavra **mas** classifica-se gramaticalmente e exerce a seguinte função sintático-semântica:

(A) Conjunção subordinativa causal, que justifica o isolamento do personagem no topo do penhasco.
(B) Conjunção coordenativa aditiva, que soma um novo hábito urbano à rotina do personagem.
(C) Conjunção subordinativa concessiva, que aponta um obstáculo superado pelo morador.
(D) Conjunção coordenativa adversativa, que introduz uma relação de oposição e contrariedade em relação à tentativa do personagem de se afastar da cidade.

Questão 05. Analise a regência do verbo e o emprego pronominal do segundo quadrinho nas duas partes a seguir:

*__(1ª parte)__: O verbo **insistir** rege obrigatoriamente a preposição **em**.*
*__(2ª parte)__: O pronome pessoal tônico **mim** é corretamente empregado após a preposição **de**, na função de complemento regido.*

A respeito da regência e da morfossintaxe das partes, pode-se afirmar que:

(A) As duas partes são verdadeiras e gramaticalmente corretas segundo a norma-padrão.
(B) A primeira parte é verdadeira, mas a segunda parte é falsa porque o correto seria usar **eu**.
(C) A primeira parte é falsa porque o verbo **insistir** é transitivo direto, mas a segunda parte é verdadeira.
(D) Ambas as partes são falsas segundo as regras de regência e emprego de pronomes da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA

Questão 06. A adesão de servidores ao programa de teletrabalho estruturado em uma repartição administrativa ampliou-se ao longo de um quadrimestre contínuo sob a forma rigorosa de uma progressão geométrica. No primeiro mês, foram autorizados 15 servidores em regime remoto; no segundo mês, 45 servidores; e, no terceiro mês, 135 servidores participavam da nova modalidade funcional.

Mantendo-se essa mesma razão multiplicativa estável até o quarto mês de implantação, a soma total acumulada de adesões ao teletrabalho ao fim do quadrimestre foi de:

(A) 580.
(B) 600.
(C) 620.
(D) 640.

Questão 07. Para coordenar as ações de um comitê especial de resposta a desastres, serão preenchidas três funções executivas e hierarquizadas: Coordenador Operacional, Secretário de Comunicação e Assessor de Logística. O plenário dispõe de 9 membros habilitados e aptos para a designação, sendo que cada participante poderá assumir, no máximo, uma dessas atribuições privativas.

Sob a ótica do cálculo combinatório, a quantidade máxima de configurações distintas possíveis para a ocupação dessas três vagas diretivas é igual a:

(A) 484.
(B) 504.
(C) 524.
(D) 544.

Questão 08. Uma viatura de inspeção viária percorreu integralmente um anel rodoviário com perímetro total medindo 195 quilômetros. Durante toda a ronda preventiva, o velocímetro indicou velocidade escalar média constante de 65 quilômetros por hora, e não ocorreram quaisquer paradas intermediárias ao longo da via.

Se a viatura iniciou a ronda às 09 horas e 40 minutos, o horário exato registrado no relógio de bordo no momento exato em que o automóvel completou o circuito de retorno ao ponto inicial foi:

(A) 12h20min.
(B) 13h00min.
(C) 12h40min.
(D) 13h20min.

Questão 09. Uma cisterna comunitária de concreto com volume total de 36 metros cúbicos encontrava-se com sua capacidade máxima preenchida no início de um fim de semana de emergência. No primeiro dia de funcionamento, a cozinha comunitária consumiu 45% de toda a água armazenada na estrutura. No segundo dia, as equipes de limpeza demandaram outros 11.800 litros de água do mesmo reservatório. Supondo que o registro de entrada permaneceu fechado durante todo o período, o volume residual remanescente na cisterna ao término dos dois dias foi de:

(A) 8.000 litros.
(B) 7.600 litros.
(C) 9.200 litros.
(D) 7.800 litros.

Questão 10. Uma verba emergencial de R$ 84.000,00 foi integralmente partilhada entre dois polos descentralizados de atendimento à juventude para aquisição de novos computadores. O plano de aplicação determinou que a unidade da Zona Leste recebesse R$ 12.000,00 a mais do que o triplo do montante repassado para a unidade da Zona Norte, em virtude da quantidade superior de salas de aula. Com base nessas relações financeiras aprovadas no empenho, o valor transferido especificamente para a unidade da Zona Norte nessa distribuição foi de:

(A) R$ 16.000,00.
(B) R$ 20.000,00.
(C) R$ 24.000,00.
(D) R$ 18.000,00.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 11. A organização da proteção social básica nos territórios pressupõe a existência de serviços públicos capazes de reconhecer situações de vulnerabilidade social e ampliar as possibilidades de acesso das famílias à rede socioassistencial. Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha funções relacionadas à prevenção de riscos sociais e ao fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Considerando a finalidade e as características institucionais do CRAS, analise as assertivas a seguir:

I. O CRAS constitui uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente em territórios caracterizados por vulnerabilidade e risco social.
II. A distribuição territorial do CRAS contribui para sua caracterização como primeiro contato de muitas famílias com o SUAS, favorecendo o acesso à rede de proteção socioassistencial.
III. A prevenção das situações de vulnerabilidade social desenvolvida pelo CRAS concentra-se na intervenção sobre riscos já concretizados, desvinculando-se das ações destinadas à ampliação do acesso aos direitos de cidadania.
IV. O desenvolvimento de potencialidades e aquisições, associado ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, integra os objetivos da proteção social básica desenvolvida pelo CRAS.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.

Questão 12. Durante a elaboração de um material informativo destinado à população, foram propostas diferentes orientações sobre o acesso aos serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A finalidade do material consistiu em esclarecer dúvidas recorrentes dos usuários e divulgar possibilidades de atendimento e participação nos serviços públicos. Diante desse contexto, analise as seguintes informações propostas para compor o material:

I. As pessoas interessadas em realizar o Cadastro Único ou obter esclarecimentos sobre benefícios sociais podem procurar o CRAS, que também disponibiliza orientações relacionadas ao acesso aos direitos.
II. O atendimento destinado às dificuldades de convivência familiar e aos cuidados com os filhos está condicionado ao pagamento de taxas, considerando a natureza específica dessas demandas.
III. Em situações de violência doméstica, os usuários podem buscar apoio e orientações no CRAS, inclusive para compreender quais procedimentos poderão ser adotados diante das dificuldades enfrentadas.
IV. A participação nos Conselhos de Usuários de Serviços Públicos possibilita que a população contribua para o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, considerando suas necessidades e expectativas.

Quais informações podem integrar o material, sem comprometer a CORREÇÃO das orientações destinadas à população?

(A) I e II, apenas.
(B) II, III e IV, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.

Questão 13. A organização dos serviços socioassistenciais pressupõe a articulação entre diferentes instâncias responsáveis pela execução, pelo planejamento e pelo acompanhamento das ações desenvolvidas nos territórios. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a distribuição dessas responsabilidades entre o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o órgão gestor municipal ou do Distrito Federal envolve atribuições distintas e complementares. Considerando essa distribuição de responsabilidades, analise as assertivas a seguir:

I. O fornecimento de informações territoriais pelo CRAS contribui para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e os processos de planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados na unidade.
II. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e o planejamento da execução físico-financeira dos serviços socioassistenciais integram as responsabilidades do órgão gestor, assim como o monitoramento e a avaliação dos serviços do SUAS.
III. A constituição das equipes de referência e a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS constituem responsabilidades próprias do CRAS, enquanto ao órgão gestor compete o recebimento das informações sobre essas equipes.
IV. A supervisão e o apoio técnico dos serviços socioassistenciais ofertados por entidades privadas sem fins lucrativos constituem atribuições do CRAS, enquanto a gestão territorial da rede socioassistencial da proteção social básica compete ao órgão gestor.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II e III, apenas.

Questão 14. Durante atividades desenvolvidas em uma comunidade, foram identificadas situações envolvendo o adoecimento recorrente de moradores após o consumo de água, a exposição de trabalhadores a substâncias potencialmente tóxicas e dificuldades de acesso a medicamentos. Em uma reunião intersetorial, representantes dos serviços públicos discutiram as possibilidades de intervenção do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que a proteção da saúde coletiva envolve ações que ultrapassam o atendimento clínico individual. Diante das situações apresentadas e das competências atribuídas ao SUS, analise as assertivas a seguir e assinale V, para as Verdadeiras, ou F, para as Falsas:

( ) A suspeita de contaminação da água consumida pelos moradores justifica a atuação do SUS na fiscalização e inspeção da água destinada ao consumo humano, considerando os riscos sanitários associados à situação identificada.
( ) A investigação dos episódios recorrentes de adoecimento somente poderá integrar as ações de vigilância epidemiológica após a confirmação das doenças, uma vez que sua atuação não compreende a detecção preventiva de alterações nos fatores condicionantes da saúde coletiva.
( ) A exposição dos trabalhadores a substâncias potencialmente tóxicas pode fundamentar ações de avaliação e controle dos riscos presentes no processo de trabalho, incluindo a investigação dos impactos das tecnologias utilizadas sobre a saúde.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V – V – F.
(B) F – F – V.
(C) V – F – F.
(D) V – F – V.

Questão 15. Em determinado município, um levantamento realizado nos territórios identificou famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas idosas sem condições de prover a própria manutenção, pessoas com deficiência que enfrentam dificuldades de participação comunitária e trabalhadores afastados do mercado de trabalho. Diante desse cenário, a equipe responsável pela organização das ações socioassistenciais propôs diferentes estratégias para o atendimento das demandas identificadas, considerando os objetivos e a natureza da assistência social. Com base na situação apresentada e nas disposições da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), analise as assertivas a seguir e assinale V, para as Verdadeiras, ou F, para as Falsas:

( ) A organização das ações socioassistenciais deve considerar o caráter não contributivo da assistência social, articulando iniciativas públicas e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.
( ) A identificação das vulnerabilidades no território deve contemplar a análise da capacidade protetiva das famílias, bem como a ocorrência de ameaças, vitimizações e danos, constituindo uma dimensão da vigilância socioassistencial.
( ) As estratégias de proteção social devem priorizar o atendimento das situações em que os danos já tenham ocorrido, uma vez que a prevenção da incidência de riscos não integra os objetivos da assistência social.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V – F – V.
(B) V – V – V.
(C) V – V – F.
(D) F – V – F.

Questão 16. A garantia dos direitos socioassistenciais pressupõe que o atendimento às famílias seja desenvolvido em condições que assegurem o respeito à dignidade, à privacidade e à participação dos usuários. No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), essas garantias abrangem tanto os procedimentos adotados pelos profissionais quanto as possibilidades de acesso às informações e de manifestação sobre os serviços recebidos. Considerando os direitos das famílias usuárias do CRAS, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) O direito à identificação de quem realiza o atendimento abrange o conhecimento do nome e da credencial dos profissionais técnicos, estagiários e trabalhadores administrativos da unidade.
( ) Os encaminhamentos decorrentes do atendimento podem ser realizados de forma verbal, desde que o usuário receba explicações claras sobre os procedimentos indicados.
( ) A proteção da privacidade dos usuários deve observar os princípios da ética profissional, considerando, inclusive, a existência de situações que possam representar riscos a outras pessoas.
( ) A avaliação dos serviços recebidos constitui prerrogativa restrita aos usuários que formalizarem reclamações, não abrangendo a disponibilização de espaços de escuta para manifestação de opiniões.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V – V – V – F.
(B) V – F – V – F.
(C) F – F – V – V.
(D) V – F – F – V.

Questão 17. Durante uma reunião destinada à análise das competências dos entes federativos na organização da educação nacional, representantes de determinado Estado, responsável pela manutenção de instituições de educação superior, discutiram a possibilidade de assumir atribuições originalmente conferidas à União. Entre os argumentos apresentados, questionou-se se a existência de processos nacionais de avaliação impediria a transferência dessas responsabilidades. Considerando as incumbências da União estabelecidas na legislação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A responsabilidade da União pela realização de processos nacionais de avaliação não impede que determinadas atribuições relacionadas à autorização, ao reconhecimento, ao credenciamento, à supervisão e à avaliação sejam delegadas aos Estados que mantenham instituições de educação superior.

PORQUE

II. A legislação estabelece a possibilidade de delegação das atribuições aos Estados e ao Distrito Federal, condicionando essa transferência à manutenção de instituições de educação superior pelos respectivos entes federativos.

Sobre as assertivas, é CORRETO afirmar que:

(A) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.
(B) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica corretamente a I.
(C) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 18. Um estudante de 72 anos, matriculado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), manifesta dificuldades em acompanhar determinadas atividades desenvolvidas com materiais didáticos padronizados. Durante uma reunião pedagógica, a equipe escolar discute a necessidade de reorganizar as estratégias de ensino, considerando as particularidades do estudante e a importância de desenvolver práticas educacionais que contribuam para o enfrentamento de preconceitos relacionados ao envelhecimento. Considerando os direitos educacionais assegurados à pessoa idosa, analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A escolarização de pessoas idosas na EJA pressupõe a adoção de condições pedagógicas que considerem suas particularidades, incluindo a adequação de currículos, metodologias e materiais didáticos, de modo a favorecer o acesso à educação.

PORQUE

II. A inserção de conteúdos relacionados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa nos currículos dos diferentes níveis de ensino formal constitui uma medida destinada à eliminação de preconceitos e à produção de conhecimentos sobre essa etapa da vida.

Sobre as assertivas, é CORRETO afirmar que:

(A) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.
(B) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica corretamente a I.
(C) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 19. Durante uma atividade socioeducativa sobre direitos humanos, um grupo de jovens discutiu situações envolvendo a exploração de pessoas submetidas a condições de servidão, a imposição de castigos degradantes e a recusa de reconhecimento de determinados indivíduos como sujeitos de direitos. A discussão evidenciou diferentes compreensões sobre a abrangência das garantias fundamentais, especialmente quanto à possibilidade de estabelecer restrições à sua aplicação em razão das circunstâncias em que ocorrem as violações. Considerando os fundamentos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as assertivas a seguir e assinale V, para as Verdadeiras, ou F, para as Falsas:

( ) A manutenção de uma pessoa em condições de servidão constitui violação dos direitos humanos, independentemente da existência de práticas de comercialização ou tráfico de pessoas escravizadas.
( ) A proibição do tráfico de pessoas escravizadas limita-se às situações que envolvem deslocamentos entre diferentes países, não abrangendo práticas realizadas dentro de um mesmo território.
( ) A imposição de castigos degradantes contraria as garantias fundamentais da pessoa humana, ainda que a conduta não seja caracterizada como tortura.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

(A) V – V – V.
(B) V – F – V.
(C) F – V – V.
(D) V – F – F.

Questão 20. As concepções de juventude que fundamentam o trabalho socioeducativo envolvem o reconhecimento dos jovens como sujeitos constituídos nas relações sociais, culturais, econômicas e históricas, cujas experiências e potencialidades participam da construção de suas identidades. Em determinado território, uma equipe responsável pelo desenvolvimento de atividades socioeducativas identificou diferenças significativas entre os interesses, as trajetórias e as expectativas dos participantes. Durante o planejamento, surgiram divergências sobre a necessidade de preservar uma programação previamente estabelecida ou reorganizar as atividades considerando as particularidades dos jovens e de seu contexto social. Considerando os fundamentos das concepções de juventude e da metodologia socioeducativa para as adolescências, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O reconhecimento das diferenças entre os jovens pressupõe a organização de percursos formativos individualizados, nos quais as experiências pessoais devem prevalecer sobre as interações coletivas, de modo a assegurar o desenvolvimento da autonomia e das potencialidades individuais.

(B) A valorização das experiências juvenis exige que as atividades socioeducativas sejam estruturadas prioritariamente a partir das demandas imediatas dos participantes, subordinando os referenciais teóricos e as intencionalidades formativas às expectativas manifestadas pelo grupo.

(C) A construção metodológica deve articular seus referenciais teórico-práticos às particularidades sociais e históricas dos jovens, reconhecendo a participação coletiva como elemento constitutivo de experiências que favoreçam a reflexão crítica, a autonomia e a construção de suas identidades.

(D) A diversidade das trajetórias juvenis justifica a adoção de estratégias voltadas à identificação de talentos e à preparação para o mundo do trabalho, atribuindo às experiências de participação comunitária e de formação cidadã uma função complementar ao desenvolvimento profissional.

Questão 21. Em territórios marcados pela persistência das desigualdades sociais, a organização de coletivos juvenis pode assumir diferentes intencionalidades formativas. Enquanto determinadas propostas privilegiam a adaptação dos jovens às condições sociais existentes, outras reconhecem a necessidade de problematizar os processos históricos que sustentam a exclusão e limitam as possibilidades de participação social. Essa distinção revela diferentes concepções sobre o papel da juventude na compreensão e na transformação da realidade. Considerando os fundamentos que orientam a constituição dos coletivos juvenis, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A organização coletiva fundamenta-se no reconhecimento das desigualdades estruturais, mas concentra suas intervenções na ampliação das oportunidades individuais, considerando que a superação da pobreza entre gerações decorre prioritariamente da capacidade de adaptação dos jovens às condições sociais existentes.

(B) O enfrentamento das desigualdades pressupõe a valorização das experiências coletivas como espaços de fortalecimento da identidade juvenil, atribuindo ao resgate cultural a responsabilidade central pela superação dos condicionantes econômicos e históricos que sustentam a exclusão social.

(C) A formação dos coletivos juvenis estabelece a transformação das condições estruturais de desigualdade como requisito anterior ao desenvolvimento da reflexão crítica, uma vez que o reconhecimento dos desafios territoriais depende da superação prévia dos limites impostos pela pobreza.

(D) A constituição dos coletivos juvenis articula a compreensão crítica das desigualdades histórico-estruturais ao fortalecimento da participação juvenil, mediante experiências de ação-reflexão fundamentadas nos direitos de cidadania, no reconhecimento cultural e na problematização dos desafios territoriais que contribuem para a reprodução intergeracional da pobreza.

Questão 22. Uma adolescente com deficiência física, acompanhada por serviços da rede de proteção social, necessita de recursos de tecnologia assistiva para sua reabilitação e apresenta agravos à saúde mental que demandam acompanhamento especializado. Durante seu tratamento, uma intercorrência clínica exige internação em uma unidade de terapia intensiva. A família, em situação de vulnerabilidade social, solicita esclarecimentos sobre o acesso aos recursos terapêuticos, as condições de atendimento e a possibilidade de permanência de um responsável durante a hospitalização. Considerando as garantias estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estão corretas as interpretações e suas respectivas justificativas apresentadas a seguir, EXCETO:

(A) O atendimento da adolescente deve contemplar suas necessidades gerais de saúde e aquelas relacionadas à habilitação e à reabilitação, porque a condição de deficiência não autoriza práticas discriminatórias ou segregadoras no acesso às linhas de cuidado.

(B) Os recursos terapêuticos destinados ao tratamento de agravos à saúde mental de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade devem ser fornecidos de forma gratuita, porque a legislação não admite a modalidade subsidiada para esses atendimentos.

(C) A internação em unidade de terapia intensiva não afasta a garantia de permanência integral de um dos pais ou responsável, porque essa obrigação alcança os estabelecimentos de atendimento à saúde, incluindo as unidades de cuidados intensivos e intermediários.

(D) A necessidade de utilização de órteses e outras tecnologias assistivas pode fundamentar seu fornecimento gratuito pelo poder público, porque esses recursos integram as medidas destinadas ao tratamento, à habilitação e à reabilitação, conforme as necessidades específicas de crianças e adolescentes.

Questão 23. Em determinado município, duas entidades de atendimento à pessoa idosa, uma governamental e outra não governamental, desenvolvem atividades de apoio à participação de idosos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), incluindo ações destinadas à permanência nas atividades educacionais e ao fortalecimento da convivência social. Após denúncias envolvendo irregularidades administrativas, constatou-se que ambas deixaram de dar publicidade às prestações de contas de recursos recebidos de diferentes origens. Durante a apuração, também foram identificados descumprimentos de determinações legais, levando à discussão sobre a possibilidade de afastamento de dirigentes, aplicação de multas e interrupção de atividades. Entretanto, os responsáveis pela fiscalização divergiram quanto à extensão das medidas cabíveis, considerando a natureza institucional das entidades e a eventual responsabilização de seus dirigentes. Diante da situação apresentada, considerando as disposições relativas à fiscalização e à responsabilização das entidades de atendimento à pessoa idosa, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A obrigatoriedade de publicidade abrange os recursos públicos e privados recebidos pelas entidades, enquanto a aplicação das penalidades deve observar o devido processo legal e a natureza institucional de cada organização, admitindo-se o afastamento de dirigentes na entidade governamental e a aplicação de multa ou suspensão de repasses públicos à entidade não governamental, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis.

(B) A responsabilização das entidades deve considerar a origem dos recursos recebidos, permitindo que a suspensão de repasses públicos seja aplicada à entidade governamental e o afastamento definitivo dos dirigentes à entidade não governamental, desde que as irregularidades comprometam a continuidade das atividades destinadas às pessoas idosas e sejam comprovadas mediante procedimento administrativo.

(C) A constatação de irregularidades autoriza a interdição de programas da entidade governamental e a suspensão das atividades da entidade não governamental; entretanto, a aplicação dessas penalidades depende da prévia responsabilização civil ou criminal de seus dirigentes, considerando que as medidas administrativas possuem natureza complementar às sanções decorrentes dessas formas de responsabilização.

(D) O dever de transparência alcança os recursos públicos e privados utilizados na manutenção das atividades destinadas às pessoas idosas, permitindo, contudo, que as entidades não governamentais sejam dispensadas da publicidade dos valores provenientes de contribuições privadas, desde que assegurem a apresentação das informações aos responsáveis pela fiscalização e se submetam ao devido processo legal.

Questão 24. Em um território caracterizado pela presença de diferentes grupos sociais, uma organização responsável pelo desenvolvimento de atividades socioeducativas identifica situações recorrentes de discriminação, desigualdade de oportunidades e restrições à participação comunitária. Ao revisar os fundamentos de suas intervenções, surgem divergências sobre a compreensão dos direitos humanos e sua relação com as responsabilidades do Estado. Parte dos envolvidos sustenta que a garantia desses direitos deve acompanhar as prioridades políticas e econômicas de cada governo, enquanto outros defendem que a dignidade humana constitui um fundamento que não pode ser condicionado à origem, às características individuais ou à posição social das pessoas. A discussão também recupera o contexto histórico de construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua importância para o enfrentamento das injustiças contemporâneas. Considerando os fundamentos históricos, políticos e sociais que orientam a concepção de direitos humanos expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A universalidade dos direitos humanos decorre do reconhecimento internacional das violações ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial; entretanto, sua efetivação pressupõe que cada Estado estabeleça quais grupos sociais serão prioritariamente reconhecidos como titulares desses direitos, considerando suas condições econômicas e políticas.

(B) A construção histórica dos direitos humanos representa uma ruptura com práticas que naturalizam a exclusão, embora a Declaração estabeleça predominantemente um compromisso de reconhecimento formal da dignidade, reservando às legislações nacionais a definição de sua abrangência conforme as particularidades sociais de cada população.

(C) O reconhecimento universal dos direitos humanos constitui uma resposta histórica às violações da dignidade humana, fundamentando a compreensão de que tais direitos são inerentes às pessoas e não concessões estatais, ao mesmo tempo que estabelece referências para o enfrentamento de injustiças estruturais e para a orientação de políticas comprometidas com a liberdade, a dignidade e a justiça.

(D) A afirmação internacional dos direitos humanos estabelece a dignidade como fundamento das relações sociais, mas sua origem histórica, associada às atrocidades da Segunda Guerra Mundial, delimita sua finalidade principal à prevenção de violações semelhantes, atribuindo ao enfrentamento das desigualdades estruturais contemporâneas uma dimensão secundária em relação aos compromissos inicialmente assumidos.

Questão 25. Durante o acompanhamento de uma família em situação de vulnerabilidade social, um Orientador Social toma conhecimento de que uma mulher vem sofrendo ameaças recorrentes de seu ex-companheiro, que possui autorização para portar arma de fogo em razão de sua atividade profissional. Embora não residam mais no mesmo imóvel, o agressor continua frequentando espaços comunitários utilizados pela mulher, estabelece contatos insistentes com seus familiares e utiliza as visitas aos filhos menores como oportunidade para intimidá-la. A situação é agravada pela dependência econômica parcial da família em relação ao agressor e pelo receio da mulher de que eventuais medidas judiciais comprometam a manutenção financeira dos filhos. Durante a discussão do caso com a rede de proteção, surgem diferentes interpretações sobre a possibilidade de aplicação simultânea de medidas protetivas, os limites das restrições impostas ao agressor e os mecanismos destinados a assegurar a efetividade das determinações judiciais. Considerando as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A aplicação das medidas protetivas deve observar a prevalência das restrições diretamente relacionadas à integridade física da mulher, de modo que o afastamento de determinados lugares e a proibição de contato não poderão ser cumulados com obrigações de natureza financeira ou com medidas de acompanhamento psicossocial, considerando a distinção entre suas finalidades.

(B) A autoridade judicial poderá determinar, de forma conjunta ou separada, restrições de aproximação e contato, medidas relacionadas ao porte de armas, alimentos provisórios e comparecimento a programas de recuperação e reeducação, além de restringir ou suspender visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar, podendo requisitar auxílio policial para assegurar a efetividade das determinações.

(C) A manutenção do porte de arma em razão do exercício profissional afasta a possibilidade de sua restrição por decisão judicial, cabendo exclusivamente à instituição empregadora avaliar a necessidade de intervenção, enquanto a suspensão de visitas aos dependentes menores dependerá da comprovação de violência diretamente praticada contra eles, independentemente das ameaças dirigidas à mulher.

(D) A monitoração eletrônica do agressor constitui medida destinada exclusivamente à fiscalização de seus deslocamentos, não abrangendo a disponibilização de dispositivos de alerta à vítima, enquanto a adoção de medidas adicionais de proteção dependerá do encerramento das determinações anteriormente aplicadas, ainda que permaneçam circunstâncias que comprometam a segurança da mulher.

Questão 26. Em um município cuja população se distribui entre bairros urbanos e comunidades rurais territorialmente dispersas, a equipe responsável pela organização dos serviços socioassistenciais identificou dificuldades de acesso de determinadas famílias ao acompanhamento continuado. Entre as situações observadas, destacam-se conflitos intergeracionais, sobrecarga de familiares responsáveis pelo cuidado de pessoas idosas e adolescentes, fragilização dos vínculos comunitários e dificuldades de participação em atividades culturais. Durante o planejamento das intervenções, uma entidade privada sem fins lucrativos apresentou proposta para executar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nas comunidades mais distantes, mediante acompanhamento técnico do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Paralelamente, alguns profissionais defenderam a realização de atendimentos terapêuticos familiares como estratégia para enfrentar os conflitos identificados, enquanto outros propuseram a reorganização territorial da oferta do serviço, considerando as particularidades culturais, os diferentes arranjos familiares e a continuidade das ações socioassistenciais. Considerando os fundamentos, as características e as condições de oferta do PAIF, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A reorganização do atendimento deve priorizar a identificação das famílias cujos vínculos estejam efetivamente comprometidos, concentrando as intervenções na recuperação das relações familiares. Nesse contexto, a realização de atividades culturais e a utilização de equipes volantes devem ocorrer de maneira complementar, desde que as ações preventivas sejam substituídas pelo acompanhamento direcionado às situações de ruptura identificadas.

(B) A ampliação territorial do PAIF pode ocorrer mediante a execução do serviço por entidades privadas sem fins lucrativos, desde que permaneçam vinculadas à supervisão técnica do CRAS e assegurem a gratuidade dos atendimentos. Essa organização permite conciliar a responsabilidade estatal pela proteção social com a descentralização da execução das atividades destinadas às famílias residentes em comunidades dispersas.

(C) A organização do PAIF deve assegurar o trabalho social continuado com as famílias, articulando ações preventivas, protetivas e proativas que respeitem seus diferentes arranjos, valores e identidades. Nas comunidades territorialmente dispersas, a oferta poderá ocorrer mediante equipes volantes ou unidades de CRAS itinerantes, preservando-se a responsabilidade estatal pela implementação do serviço, a gratuidade dos atendimentos e a utilização de atividades culturais e espaços de diálogo, sem atribuir caráter terapêutico às intervenções.

(D) O atendimento às famílias com conflitos intergeracionais deve articular atividades de convivência e acompanhamento terapêutico, considerando que a promoção da função protetiva familiar pressupõe intervenções destinadas à resolução das dificuldades emocionais dos seus integrantes. Nas comunidades dispersas, essas atividades poderão ser organizadas por equipes volantes, desde que vinculadas ao CRAS e desenvolvidas de forma continuada.

Questão 27. Em uma escola pública situada em território marcado por desigualdades sociais, a equipe pedagógica identificou situações recorrentes de infrequência escolar, dificuldades de participação das famílias nas atividades institucionais e fragilização dos vínculos comunitários. Durante o acompanhamento dos estudantes, constatou-se que parte das famílias enfrentava dificuldades de acesso aos serviços públicos, enquanto outras, embora atendessem aos critérios de elegibilidade para programas de transferência de renda, ainda não haviam sido contempladas. Também foram identificadas famílias que assumiam os cuidados de pessoas idosas ou com deficiência, enfrentando dificuldades para conciliar essas responsabilidades com o acompanhamento da trajetória escolar dos filhos. Diante desse cenário, a escola discutiu possibilidades de articulação com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando as necessidades identificadas e os objetivos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Considerando o público atendido e os objetivos do PAIF, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A articulação com o CRAS deve considerar as diferentes situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias, incluindo aquelas elegíveis a benefícios ainda não concedidos, favorecendo o acesso à rede de proteção social, o fortalecimento da função protetiva familiar e a promoção de espaços coletivos de escuta e troca de experiências, especialmente entre famílias que possuem membros com necessidades de cuidado.

(B) A identificação das dificuldades socioeconômicas das famílias permite priorizar o acesso aos programas de transferência de renda como condição inicial para o desenvolvimento das demais ações socioassistenciais, considerando que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários pressupõe a superação prévia das necessidades materiais.

(C) A articulação entre a escola e o CRAS deve concentrar-se nas famílias cujas dificuldades de convivência comprometam diretamente a frequência e o desempenho escolar dos estudantes, uma vez que as situações de vulnerabilidade relacionadas ao envelhecimento ou à deficiência somente integram o acompanhamento socioassistencial quando produzirem consequências educacionais identificáveis.

(D) O acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade deve priorizar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, reservando o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo familiar às situações em que os vínculos comunitários estejam preservados, considerando que a fragilização dessas relações limita as possibilidades de participação coletiva.

Questão 28. Uma mulher em situação de violência doméstica procura um serviço socioassistencial após enfrentar dificuldades para obter atendimento em diferentes instituições da rede de proteção. Durante o acolhimento, um Orientador Social identifica que, além da necessidade de atendimento em saúde e de medidas relacionadas à segurança, há indícios de irregularidades no funcionamento de uma entidade particular responsável pelo atendimento de mulheres em situação de violência. O caso também envolve procedimentos judiciais de natureza cível e criminal, nos quais o Ministério Público não figura como parte. Diante da multiplicidade de demandas, os profissionais discutem os limites da atuação ministerial e as possibilidades de articulação entre fiscalização, requisição de serviços públicos e acompanhamento dos casos identificados. Considerando as atribuições do Ministério Público no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A intervenção do Ministério Público nos procedimentos cíveis e criminais depende de sua participação como parte, enquanto a fiscalização dos estabelecimentos de atendimento deve ocorrer mediante solicitação dos órgãos responsáveis pela prestação dos serviços, preservando-se a autonomia administrativa das instituições particulares.

(B) A atuação ministerial compreende a requisição de serviços públicos e a fiscalização dos estabelecimentos de atendimento, entretanto; a adoção de medidas administrativas ou judiciais diante de irregularidades depende da conclusão dos procedimentos criminais relacionados à violência, considerando a necessidade de comprovação prévia das responsabilidades envolvidas.

(C) A requisição de força policial e de serviços públicos constitui atribuição do Ministério Público nos casos de violência doméstica, enquanto a fiscalização de estabelecimentos particulares e o cadastramento das ocorrências competem aos órgãos responsáveis pela execução dos serviços de assistência social e segurança pública.

(D) A atuação do Ministério Público abrange a intervenção nas causas cíveis e criminais quando não for parte, podendo compreender a requisição de força policial e de serviços públicos, a fiscalização de estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher, a adoção imediata das medidas cabíveis diante de irregularidades e o cadastramento dos casos de violência doméstica e familiar.

Questão 29. Durante a realização de atividades em um espaço comunitário, um grupo de adolescentes manifestou interesse em organizar debates sobre problemas sociais, compartilhar registros das atividades desenvolvidas e participar de decisões relacionadas à programação dos encontros. Entretanto, surgiram divergências quanto aos limites da participação juvenil, à exposição da imagem dos participantes e ao reconhecimento das diferentes crenças e opiniões. Diante dessas situações, a equipe responsável pelas atividades discutiu os fundamentos que orientam a garantia da liberdade, do respeito e da dignidade de crianças e adolescentes. Considerando os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes, as interpretações apresentadas estão corretas, EXCETO:

(A) A participação dos adolescentes nos debates comunitários deve reconhecer suas possibilidades de opinião e expressão, pois a condição de pessoa em desenvolvimento não afasta o reconhecimento de sua titularidade de direitos civis, humanos e sociais.

(B) O reconhecimento das diferentes crenças dos participantes deve integrar a organização das atividades coletivas, uma vez que a liberdade religiosa e a participação na vida comunitária sem discriminação constituem dimensões do direito à liberdade.

(C) A divulgação de imagens dos adolescentes em atividades comunitárias dispensa a observância das garantias relacionadas à identidade e à autonomia, pois a proteção conferida pelo direito ao respeito restringe-se às situações que comprometam diretamente a integridade física dos participantes.

(D) O desenvolvimento das atividades deve considerar a preservação dos espaços e objetos pessoais dos adolescentes, tendo em vista que o direito ao respeito abrange dimensões da integridade física, psíquica e moral, não se limitando à prevenção de agressões corporais.

Questão 30. Durante uma atividade socioeducativa voltada ao fortalecimento dos vínculos comunitários, uma mulher relata situações recorrentes de violência doméstica, acompanhadas de dificuldades de acesso ao trabalho, à educação e aos serviços de saúde. Ao discutir a situação, a equipe responsável pelas atividades apresenta diferentes compreensões sobre a atuação do Orientador Social, especialmente quanto à necessidade de considerar as condições econômicas da mulher e a abrangência dos direitos que devem orientar as ações de acolhimento e proteção. Considerando os fundamentos que orientam a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e sua relação com a prática socioeducativa, analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A atuação do Orientador Social diante de situações de violência doméstica deve reconhecer a mulher como sujeito de direitos, sem estabelecer distinções fundamentadas em suas condições sociais, econômicas ou culturais, favorecendo ações de orientação que considerem a proteção de sua integridade e as possibilidades de exercício de seus direitos fundamentais.

PORQUE

II. A garantia dos direitos das mulheres pressupõe o reconhecimento de sua dignidade e a criação de condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à educação, ao trabalho e à convivência familiar e comunitária, atribuindo à família, à sociedade e ao poder público responsabilidades na construção dessas condições.

Sobre as assertivas, é CORRETO afirmar que:

(A) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

(B) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica corretamente a I.

(C) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

(D) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.